

Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP

Cascavel, 6 de novembro de 2020.

Referência: Processo nº 000802/2020

Pregão Presencial 019/2020 – UNIOESTE/HUOP

PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor preço por item, objetivando a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle e combate às pragas urbanas englobando: dedetização, desinsetização, descupinização, desratização, desalojamento de pombos e abelhas, combate a piolhos de pombos nas áreas internas para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.**

***Ementa:** Análise de pedido de recurso em face da do questionamento da empresa TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA EPP, quanto à exequibilidade da proposta das empresas VETPRAGAS CONTROLE DE PRAGAS LTDA e ECOTRAT CONTROLE DE PRAGAS LTDA no Pregão Presencial 019/2020-HUOP.*

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de recurso enviado pela empresa **TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.405.971/0001-14, com sede em São José (SC).

Em suma, a empresa TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA EPP, sustenta que as empresas classificadas em primeiro e segundo lugares no Pregão Presencial 019/2020, VETPRAGAS CONTROLE DE PRAGAS

LTDA e ECOTRAT CONTROLE DE PRAGAS LTDA, manifestam preços inexequíveis.

A empresa apresenta em seu recurso a definição de inexequibilidade e alega em síntese que as empresas concorrentes do certame em tela não têm possibilidade jurídica ou material de realizar o serviço com o preço registrado no certame.

Expõe a requerente que preço inexequível é um valor comprovadamente inferior ao custo do serviço ou produto que não permite ao fornecedor entregar o produto ou o serviço com a qualidade prometida.

Requer em seu recurso que, a fins de comprovar a exequibilidade dos preços ofertados, solicitamos que as empresas VETPRAGAS CONTROLE DE PRAGAS LTDA e ECOTRAT CONTROLE DE PRAGAS LTDA apresentem planilha de composição de custos discriminando minuciosamente todos os custos para execução do objeto cotado, observando-se o quantitativo e preços dos insumos coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato em conformidade ao anexo I, assim como observar o item 16 das condições de recebimento do objeto e 16.6 das condições específicas.

CONTRARRAZÕES

A empresa VETPRAGAS CONTROLE DE PRAGAS LTDA, arrematante do certame, protocolou contrarrazões tempestivamente, nos seguintes termos principais:

Apresentou planilha de custos contendo a tabela de composição de custos dos serviços ofertados, conforme subitem 7.4 do Edital, “Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas com frete, cessão de uso, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado e entregue no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes ao objeto cotado”.

DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1 - MATERIAIS E INSUMOS PARA DEDETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E OUTROS PROCESSOS DE ACORDO COM EDITAL	54.243,24	0,082	4.447,94
1.2 - MÃO DE OBRA	12	800	9.600,00
1.3 - OUTROS CUSTOS : IMPOSTOS, COMBUSTÍVEL , MANUTENÇÃO GASTOS NÃO PREVISTOS E EQUIPAMENTOS		9.500,00	9.500,00
VALOR TOTAL: R\$ 23.547,00			

Justificou que no preço a ser indicado na proposta do pregão já deveriam estar inclusas toda e qualquer despesa referente a sua prestação e, ainda, que as propostas são classificadas de acordo com o preço para a realização do serviço. Neste sentido, não apresentou planilha minuciosa de custos, mas sim a tabela de composição de custos dos serviços ofertados.

Salientou que, *“o fato de o proprietário da empresa e responsável técnico pela execução residirem em Cascavel, os custos reduzem significativamente, pois exclui-se o deslocamento e hospedagem para o atendimento aos serviços de grande parte da equipe.”*

Destacou que *“ciente de que o Poder Público deve, em todas e cada uma de suas contratações, buscar a eficiência, refletida na vantajosidade e economicidade, e baseada na boa-fé contratual, a VETPRAGAS não incorporou na proposta custos inexistentes, de forma que compartilhou com o erário os seus bônus da experiência e da consolidação. Nada mais justo e razoável.”*

Frisou nas contrarrazões apresentadas que *“a empresa VETPRAGAS vem atendendo satisfatoriamente vários órgãos públicos e privados com valor semelhante ao do edital, ou até mesmo inferior, o que comprovou-se amplamente com os atestados de capacidade técnica apresentados. Contudo, a fim de não restarem dúvidas quanto ao atendimento satisfatório, além do atestado de capacidade técnica emitido pela Secretaria de Saúde do Município de Cascavel juntado no momento do certame, juntamos ainda cópia do contrato referente a este atestado, onde comprovamos o bom e*

pleno atendimento à órgão público com valor e condições semelhantes aos ofertados para o HUOP.”

Por fim, requer: *“Visando garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, a VETPRAGAS solicita com o devido respeito que Vossa Senhoria julgue motivadamente a presente contrarrazão, as medidas legais de tal feita, tendo sua consequente ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO, fazendo-se JUSTIÇA.”*

A empresa VETPRAGAS juntou às suas contrarrazões apresentadas cópia de Contrato celebrado com o Fundo Municipal de Saúde de Cascavel para Realização de Serviços de Dedetização, Descupinização e Desratização nas Unidades de Serviços de Saúde, ao preço unitário de 0,33 o m², totalizando R\$ 59.634,37 para 180.710,2 m².

A empresa ECOTRAT CONTROLE DE PRAGAS LTDA., segunda colocada no certame, não se manifestou nem apresentou contrarrazões ou planilha de custos conforme requerido pela empresa TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES EPP, o que neste momento não há o que a desabone, já que não será parte integrante da celebração de contrato junto ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Estes são os fatos apresentados resumidamente.

Relatados passa-se a decidir.

III – DA APRECIÇÃO

Após análise do recurso e contrarrazões apresentadas, encaminhamos para apreciação da Equipe Técnica, para que se manifestasse acerca do que lhe pertencia, sobretudo o exposto pela empresa sagrada vencedora do certame.

Essa emitiu parecer conforme segue:

1. O contrato apresentado pela empresa Vetpragas como demonstrativo de valores praticados em outros órgãos públicos, tem objeto similar, porém guarda algumas peculiaridades com relação à criticidade dos ambientes e

diferenciação dos serviços executados de tal modo que não há o que se falar em valores correspondentes.

2. Sobre o atendimento ao disposto em Edital, pode-se dizer que a execução dos serviços será minuciosamente acompanhada pelos fiscais denominados pelo órgão, sendo eventuais irregularidades tratadas com os devidos encaminhamentos e rigor. Ademais, o não cumprimento do objeto no todo ou em parte poderá incorrer em abertura de processo administrativo, bem como possível rescisão contratual.

Submetemos o processo à parecer jurídico que, ao analisar todo o apensado, entendeu que este teve sua tramitação nos termos da legislação pertinente e que a proposta apresentada pela vencedora do certame está de acordo com o disposto em Edital, respeitando sua vinculação.

Ponderou que a empresa VETPRAGAS fez a apresentação da planilha de composição de custos além de demonstrar por meio do Atestado de Capacidade Técnica e Contrato celebrado com outro ente público, reiterando o cumprimento satisfatório dos serviços já prestados, bem como valores praticados de forma semelhante.

Por derradeiro, observou que não há vícios a serem sanados, podendo o Ordenador de Despesas, de acordo com a conveniência e oportunidade, homologar o processo.

Pois bem!

Havendo concordância no quesito técnico e parecer jurídico favorável, conforme supra relatados, nos quais se observa que houve demonstração da exequibilidade, temos ainda a jurisprudência norteando a decisão que ora se pretende tomar.

Com sapiência, o jurista Marçal Justen Filho leciona: *“Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá*

fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660)

Corroborando, o TCU manifestou-se: “1. A conciliação do dispositivo no § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/1993 com o inciso X do art. 40 da mesma lei, para serviços outros que não os de engenharia, tratados nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.666/1993, impõe que a Administração não fixe limites mínimos absolutos de aceitabilidade de preços unitários, mas que faculte aos licitantes a oportunidade de justificar situação peculiar que lhes permita ofertar preços aparentemente inexequíveis ou de questionar os valores orçados pela Administração. 2. Verificado não houve prejuízo ao interesse público, dado o amplo caráter competitivo do certame, não se justifica a anulação da licitação se a autora da representação eximiu-se de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.” (Acórdão nº 363/20007, Plenário, rel Min. Benjamin Zymler)

Sobre a questão da margem de lucro, temos recortes do Acórdão 325/2007-Plenário “Dependendo da escolha da estratégia comercial, a empresa pode ser bem agressiva na proposta de preços, relegando a segundo plano o retorno do investimento considerado para o contrato (...) As motivações para perseguir o sucesso em uma licitação em detrimento da remuneração possível pela execução da obra variam: a empresa pode estar interessada na obra específica por sinergia com suas atuais atividades; pode haver interesse em quebrar barreiras impostas pelos concorrentes no mercado (...); pode haver interesse em incrementar o portfólio de execução de obras da empresa; pode haver interesse na formação de um novo fluxo de caixa advindo do contrato (...) Esses exemplos podem traduzir ganhos indiretos atuais para empresa ou mesmo ganho futuro, na ótica de longo prazo para o mercado. Assim, é possível que empresas atuem com margem de lucro mínima em propostas para concorrer nas contratações (...), desde que bem estimados os custos diretos e indiretos.”. Por fim, destacou o relator, “não há norma que fixe ou limite o percentual de lucro das empresas”, de forma que “atuar sem margem de lucro ou com margem mínima não encontra vedação legal, depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta”. **Acórdão 3092/2014-Plenário, TC 020.363/2014-1, relator Ministro Bruno Dantas, 12.11.2014.**

No artigo “A inexecutabilidade de preços nas Licitações Públicas” de Greicy Kelly Mognon, a advogada discorre acerca do tema e faz pertinente reflexão: *“O parâmetro que determina à inexecutabilidade das propostas é padrão, desconsiderando as diferentes possibilidades da empresa e os fatores incidentes sob sua atividade, impedindo que o interesse público seja satisfeito com economia de recursos.”*

Vai além: *“A Administração faz às vezes de fiscalizador da lucratividade da iniciativa privada, o que exacerba sua competência, e acaba prejudicando a economicidade dos processos licitatórios.”* (grifo nosso)

Apesar de toda prudência que tenhamos tido para eleger a melhor decisão no momento, não há como negar que sempre haverá o risco de prejuízo. Isso não significa que a cautela justifique a perda de uma boa contratação, visto que a prevenção deve estar aliada a satisfação do interesse público, que no processo licitatório reside na contratação da proposta menos onerosa.

Reiteramos que o acompanhamento da execução do contrato será minucioso, de modo a garantir à Administração Pública de que os serviços objeto deste processo serão executados na quantidade e qualidade contratados.

Nessa perspectiva Barros (2009, p. 304) ensina que *“a fiscalização exercida pela Administração não é exercício discricionário. O representante da Administração deverá anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato”*. Conforme tal entendimento, deve-se constatar se a execução está sendo cumprida de forma fiel tal qual foi formalizado e, caso não esteja, deve o fiscal deste contrato determinar o que for necessário para a regularização deste, conforme § 1º do art. 67 da Lei 8.666/93 (BRASIL, 1993).

No mesmo sentido, Filho sustenta que:

“Compete à Administração designar um agente seu para acompanhar diretamente a atividade do outro contratante. O dispositivo deve ser interpretado no sentido de que a fiscalização pela Administração não é

mera faculdade assegurada a ela. **Trata-se de um dever, a ser exercitado para melhor realizar os interesses fundamentais. Parte-se do pressuposto, inclusive, de que a fiscalização induz o contratado a executar de modo mais perfeito os deveres a ele impostos.**” (FILHO, 2012, p. 934). (negrito nosso).

Não obstante, o instrumento convocatório do pregão em análise, traz expressamente descrito nos Itens 17 e 18 – Obrigações da Contratante e Obrigações da Contratada, respectivamente, condições que balizarão toda a supervisão deste Contrato.

17.2: “Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.3: “Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;”

17.4: “Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;”

E, dentre as Obrigações da Contratada, destacando apenas a primeira elencada já temos demonstrado essencialmente o que aqui se defende:

18.1 Executar os serviços conforme especificações do termo de referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no termo de referência e em sua proposta;

Por fim, temos o que dita o Item no que tange à aplicação das sanções em caso de não cumprimento do amplamente preconizado:

18.37 Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento em relação ao produto entregue (neste caso o serviço e insumos utilizados na execução deste). Os produtos que apresentarem problemas e/ou defeitos serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a substituí-los, sem prejuízo para a instituição. **Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas no edital e na legislação vigente.**

III – CONCLUSÃO

Diante dos fatos relatados, considerando o contido no recurso, nas contrarrazões, no parecer técnico e jurídico, esta comissão recebe o recurso, por ser tempestivo, contudo, no mérito, julga-o improcedente, negando-lhe provimento, mantendo a decisão da classificação da empresa VETPRAGAS CONTROLE DE PRAGAS LTDA.

À elevada apreciação do Diretor Geral, considerando os apontamentos desta subscritora.

Atenciosamente,

Leticia Gomes Pasa

Pregoeira